Richard Watson - 1Co 4.7

- Imprimir

Categoria: Richard Watson
Publicado: Quinta, 07 Junho 2007 00:00
Acessos: 2168

1Co 4.7

Richard Watson

(Cap 27. An Examination of Certain Passages of Scripture, Supposed to Limit the Extent of Christ's Redemption, *Theological Institutes*)

1Co 4.7: "Porque, quem te faz diferente?"

O contexto mostra que aqui o apóstolo estava tentando conter a ostentação que tinha surgido entre muitas pessoas na igreja de Corinto, por causa de suas dádivas e dons espirituais. Isto ele faz atribuindo essas dádivas a Deus, como o único doador, "Porque, quem te faz diferente?", ou Quem te confere superioridade?, como obviamente é o sentido, "e que tens tu que não tenhas recebido?" O Sr. Scott reconhece que "o apóstolo está aqui falando mais diretamente de capacidades naturais e dádivas espirituais, e não de graça especial e eficaz." Se este for o caso, então a passagem nada tem a ver com esta controvérsia. O argumento, ele no entanto afirma, conclui igualmente em um caso como no outro, e em seu Sermão sobre a Eleição, ele assim o emprega: "Façam as bênçãos do Evangelho ser corretamente propostas, com advertências solenes e convites insistentes, a dois homens com exatamente o mesmo caráter e disposição; se forem deixados a si mesmos em circunstâncias inteiramente similares, o efeito deve ser precisamente o mesmo. Mas, veja, enquanto um altivamente desdenha e se ressente com a oferta graciosa, o outro treme, chora, ora, se arrepende, crê! Quem faz este homem diferir do outro? O que ele tem que não tenha recebido? A resposta bíblica a esta questão, quando adequadamente entendida, decide toda a controvérsia."[1]

Como este é um argumento favorito, e um dilema popular, nas mãos dos calvinistas, e tanto se supõe depender de sua solução, podemos examiná-lo um pouco detalhadamente.

Ao invés de supor o caso de dois homens "com exatamente o mesmo caráter e disposição," por que não supor o mesmo homem em dois estados morais? Pois um homem que "altivamente desdenha do Evangelho," não mais difere de outro que penitentemente o recebe, do que o mesmo homem que uma vez zombeteiramente o rejeitou, e depois docilmente a ele se submeteu, difere de si mesmo, como, por exemplo, Saulo o fariseu de Paulo o apóstolo. Agora, considerar o caso de dois homens, um recebendo o Evangelho, e o outro o rejeitando, a teoria da eleição é introduzida, mas no caso de um homem em dois estados diferentes, não se pode apelar a esta teoria. O homem foi eleito desde a eternidade, ele não está excluído da misericórdia de seu Deus, e da redenção de seu Salvador, e todavia, em um período de sua vida, ele altivamente desdenha da misericórdia ofertada em Cristo; em outro, ele a aceita. É evidente, então, que a doutrina da eleição, simplesmente considerada em si mesma, não esclarecerá o último caso, e, conseqüentemente, não esclarecerá o primeiro, pois o simples fato de um homem rejeitar o Evangelho enquanto outro o recebe, não é mais prova da não-eleição do que não o recebe do que o fato de um homem agora o rejeitando, mas que posteriormente o receberá, é prova de sua não-eleição. A solução, então, deve ser buscada em alguma comunicação da graça de Deus, em alguma operação interior sobre o coração, que supõe ser uma conseqüência da eleição, mas isto leva a uma diferente e distinta questão. Esta questão não é, entretanto, a vencibilidade ou invencibilidade da graça de Deus; pelo menos, não no primeiro exemplo. É, na verdade, se há alguma operação da graça de Deus no homem que o predispõe à salvação, em casos onde vemos o Evangelho rejeitado. O homem que perseverantemente rejeita, e aquele que rejeita apenas por um tempo, talvez um longo período de sua vida, é deixado sem quaisquer impulsos bons ou influência auxiliadora da graça de Deus ou não? Esta questão parece admitir apenas uma de três respostas. Ou ele não tem assistência graciosa nenhuma, para incliná-lo a receber o Evangelho, ou ele tem uma influência suficiente da graça que pode incliná-lo, ou essa influência graciosa é distribuída numa medida insuficiente. Se a primeira resposta for dada, então não apenas os não-eleitos são deixados sem quaisquer visitações da graça por toda a vida, mas os eleitos também são deixados sem elas, até o momento de sua chamada eficaz. Se a segunda for oferecida como resposta, então tanto no caso do não-eleito que finalmente rejeita Cristo como no do eleito que o rejeita por grande parte de sua vida, deve-se admitir que a graça salvadora de Deus opera de forma que pode sofrer oposição e resistência eficaz. Se isto for negado, então a terceira resposta deve ser adotada, e deve-se

admitir que a graça de Deus influencia de forma intencionalmente insuficiente para os fins aos quais é dada, isto é, não é dada para nenhuma finalidade salvadora, seja em relação aos não-eleitos ou aos eleitos, todo o tempo eles permanecem em um estado de verdadeira alienação de Cristo. Pois se um grau insuficiente de graça for concedido, quando um grau suficiente poderia ter sido transmitido, então deve ter havido uma razão para restringir o grau de graça a uma medida insuficiente, cuja razão só poderia ser que ela poderia ser insuficiente e portanto não salvadora. Agora, dois de três destes pontos de vista são manifestamente contrários à palavra de Deus. Dizer que nenhuma influência graciosa do Espírito Santo opera nos infiéis é eliminar sua culpa, visto que eles não poderiam ser culpados de rejeitar o Evangelho se eles não tivessem nenhuma capacidade para recebê-lo, seja de si mesmos seja por doação, enquanto que, não obstante, a Escritura descreve esta como a maior culpa dos homens. Todas as exortações, repreensões e convites da Escritura são, também, por esta doutrina, transformadas em zombaria e ilusão. E neste caso, finalmente, não pode haver semelhante coisa como "resistir ao Espírito Santo," como "entristecer e extinguir o Espírito," como "fazer agravo ao Espírito da graça," seja no caso dos não-eleitos, que nunca são convertidos, seja no dos eleitos antes da conversão, de forma que os últimos nunca têm sido culpados de teimosia, obstinação, rebelião e resistência da graça, embora estes são por eles, posteriormente, sempre reconhecidos entre seus pecados. Nem eles jamais sentiram qualquer impulso bom, ou atração, do Espírito de Deus, antes do que chamam sua "chamada eficaz," embora se supõe que poucos, se algum, deles negarão isto na realidade.

Se a doutrina que nenhuma graça é comunicada é, então, contrária tanto à Escritura quanto à experiência, como o caso irá se sustentar, quanto à restrição intencional dessa graça a um grau que é insuficiente para inclinar a pessoa à aceitação do Evangelho? Se esta opinião for mantida, deve ser mantida igualmente quanto aos eleitos antes de sua conversão como quanto aos não-eleitos. Nesse caso, então, temos igual dificuldade de explicar a culpa do homem, como quando se supõe que nenhuma graça é comunicada, e também de explicar as repreensões, os chamados, os convites e as ameaças da palavra de Deus. Pois onde se encontra a diferença entre a absoluta não concessão da graça e a graça comunicada de forma a ser intencionalmente insuficiente para salvação? Claramente, não há nenhuma, exceto que não podemos ver nenhuma finalidade em conceder uma graça insuficiente, uma circunstância que somente serviria para tornar ainda mais embaraçosos os princípios e prática da administração divina. Não tem nenhuma finalidade de misericórdia e nenhum de justiça, nem – até o ponto que pode ser percebido – de sabedoria. Não de misericórdia, pois não produz nada misericordioso, e não planeja produzi-lo; não de justiça, pois não coloca ninguém sob reta responsabilidade; não de misericórdia, pois ela não tem nenhuma finalidade assinalável. A Escritura trata todos os homens a quem o Evangelho é pregado como dotado de poder, não na verdade de si mesmos, mas da graça de Deus, para "atentar para a sua repreensão," para vir ao seu "chamado," para receber sua "graça," mas eles não têm nenhuma capacidade para quaisquer destes atos se uma destas opiniões for verdadeira. E assim a palavra de Deus é contraditada. Assim também é a experiência, em ambos os casos, pois não poderia haver senso de culpa por ter rejeitado Cristo, e entristecido o Espírito Santo, seja nos não-eleitos nunca convertidos, seja nos eleitos antes da conversão, se eles não têm nenhum visitação da graça ou se estas são intencionalmente concedidas num grau insuficiente.

Segue, então, que a doutrina da comunicação da graça aos impenitentes, em um grau insuficiente para capacitá-los a receber o Evangelho, deve ser admitida, e com esta doutrina vem junto aquela de uma capacidade no homem para usar ou rejeitar este dom celestial e assistência graciosa. Em outras palavras, uma capacidade de querer vir a Cristo, mesmo quando os homens não vêm; uma capacidade de considerar seus caminhos e voltarem-se para o Senhor, quando eles não os consideram e não vêm a ele; uma capacidade de orar, quando não oram; e uma capacidade de crer, quando não crêem; capacidades todas da graça, todas resultado da obra do Espírito no coração, mas capacidades a ser exercidas pelo homem, visto que é o homem, e não Deus, que deseja, e volta, e ora, e crê, apesar da influência sob a qual isto é feito ser da graça de Deus apenas. Esta é a doutrina que é claramente contida nas palavras de São Paulo: "Operai a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade," onde, não apenas a operação de Deus, mas a cooperação do homem, são distintamente assinaladas, e ambas apresentadas como necessárias à produção do grandioso resultado, a salvação.

Mostrar-se-á, então, destas observações, que a pergunta, "Quem te faz diferente?" como declarada pelo Sr. Scott e outros deste o tempo de Calvino, é uma pergunta muito irrelevante ao seu propósito, pois,

Em primeiro lugar, é uma pergunta que o apóstolo não faz com referência a uma diferença no estado religioso, mas somente com respeito às dádivas e dons. Em segundo lugar, o Espírito Santo não dá nenhuma autorização para tal aplicação de suas palavras, como assim é feita, em qualquer outra parte da Escritura. Em terceiro lugar, ela não pode ser empregada com o propósito pelo qual é arrancada tão freqüentemente de seu contexto e significado, pois, no uso assim feito dela, é falsamente admitido que os dois homens exemplificados, o que rejeita e o outro que recebe o Evangelho, não são cada um dotado de graça suficiente para capacitá-los a receber a oferta graciosa de Deus. Agora isto, podemos novamente dizer, deve ou ser negado ou afirmado. Se for afirmado, então a diferença entre os dois homens consiste, não onde eles a colocam, na destituição ou deficiência de um lado ou na abundância de outro, da graça de Deus, mas no uso da graça. E quando eles

dizem, "É Deus quem os faz diferente," eles dizem, de fato, que é Deus que não apenas dá graça suficiente a cada um, mas usa essa graça por eles. Pois se for admitido que uma graça suficiente para arrependimento e fé seja dada a cada um, então a real diferença entre eles é, que um se arrepende e o outro não, um crê e o outro não. Se, portanto, a diferença deve ser atribuível a Deus diretamente, então o ato de arrepender, e o ato de crer, ambos são atos de Deus. Se hesitarem em confessar isto, (pois é uma insensatez,) então ou eles devem abandonar a pergunta como totalmente inútil a eles, ou aceitar o outro lado da alternativa, que a todos que rejeitam o Evangelho não é dado graça suficiente para recebê-lo. Como, então, isso os serviria? Eles podem dizer, é verdade, quando considerarem o homem que recebe o Evangelho, "Quem o faz diferente senão Deus, que dá esta graça suficiente a ele?" Mas então temos igual direito de tomar o homem que rejeita o Evangelho, e perguntar, "Quem o faz diferente do homem que recebe o Evangelho?" A esta eles não podem responder que ele faz a si mesmo diferente, pois o que eles aqui afirmam é que a ele não foi comunicada nenhuma graça para capacitá-lo a agir como o outro, ou – o que dá na mesma – nenhum grau suficiente dela para produzir uma fé genuína, que eles nunca tiveram essa graça, que ele é, e sempre deve permanecer, tão destituído dela como quando nasceu. Ele próprio, portanto, não faz diferente do homem que recebe o Evangelho, pois ele não tem capacidade para imitar seu exemplo e fazer a si mesmo igual a ele, e a única resposta a nossa pergunta é que é Deus que o faz diferente do outro, retendo aquela graça pela qual unicamente ele poderia ser impedido de rejeitar o Evangelho, e isto, longe de "decidir toda a controvérsia," é o próprio ponto em debate.

Este dilema, então, mostrar-se-á, quando examinado, somente inconveniente a eles mesmos, pois se a suficiência da graça for admitida aos impenitentes, então os calvinistas fazem os atos da graça, assim como o próprio dom da graça, ser obra de Deus nos eleitos. Se a suficiência da graça for negada, então a incredulidade e a condenação dos ímpios não são deles mesmos, mas de Deus.[2] O fato é que este suposto quebra-cabeças tem sido sempre usado *ad captandum*, e é indigno de uma controvérsia tão séria, e quanto à pretensão que a admissão de uma capacidade no homem para usar ou abusar da graça de Deus envolve algum mérito ou base de gloriar-se no homem, isto é igualmente falacioso. A capacidade para "querer e fazer" é apenas resultado da obra de Deus no homem. Tudo é da graça. "Pela graça de Deus," todos devem dizer, "sou o que sou." Aqui não há o que discutir. Todo bom pensamento, desejo e tendência do coração, e toda a sua capacidade para transformá-los em vantagens práticas pela oração, pela fé, pelo uso dos meios da graça, através do qual nova capacidade "para querer e fazer," nova capacidade para usar a graça, assim como nova graça, é comunicada, são de Deus. Toda boa ação, portanto, é o uso de uma capacidade comunicada que é dada de graça, como o ato de estender a mão atrofiada do homem curado foi o uso da capacidade comunicada para a sua debilidade, apesar de trabalhar com o ato, embora não o próprio ato. Tentar colocar uma base para vanglória e auto-suficiência na aceitação assistida da graça de Deus por nós, e a submissão capacitada de nossos corações a ela, é tão manifestamente absurdo quanto seria dizer que o homem cujo braço estava atrofiado tinha grande razão para elogiar-se em sua participação na glória do milagre, porque ele próprio estendeu o membro reanimado ao comando de Cristo, e porque não foi, de fato, levantado pela mão daquele que, nesse ato de fé e obediência, o curou.

A questão da invencibilidade da graça divina é um ponto a ser em outro lugar considerada.

Tradução: Paulo Cesar Antunes

---

[1]Calvino coloca a questão quase da mesma maneira. *Inst.*, 3.24.
[2] Isto Calvino não hesita em dizer, "O Senhor supremo, portanto, ao privar da comunicação de sua luz, e deixar na escuridão, aqueles que reprovou, abre caminho para o cumprimento de sua própria predestinação." *Inst.*, 3.34.